

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, no Auditório Municipal, pelas vinte e uma horas e quinze minutos iniciou-se a sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Peso da Régua de harmonia com a convocatória de 16 de fevereiro de 2022, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Apreciação da informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e da situação financeira do Município.
- 2) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à 1ª alteração orçamental modificativa aos documentos previsionais de 2022.
- 3) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à prorrogação do prazo da transferência das competências para as Autarquias Locais no domínio da Ação Social.
- 4) Apresentação, discussão e aprovação da “autorização para a contratação de EMLP, ao abrigo do art.º 51º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação, para aplicação em projeto de investimento, até ao montante de 56.955,33€, correspondente à contrapartida nacional de investimento municipal co-financiado pela Operação-NORTE-04-2316-FEDER-000437-Reabilitação do Bairro Junta Autónoma das Estradas”.

Relatório final de análise da proposta/autorização para contratação.

- 5) Apresentação, discussão e aprovação da “autorização para a contratação de EMLP, ao abrigo do art.º 51º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação, para aplicação em projeto de investimento, até ao montante de 116.833,28€, correspondente à contrapartida nacional de investimento municipal co-financiado pela Operação-NORTE-04-2316-FEDER-000438-Reabilitação do Bairro Azenha”.

Relatório final de análise da proposta/autorização para contratação.

- 6) Apresentação, discussão e aprovação da “autorização para a contratação de EMLP, ao abrigo do art.º 51º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação, para aplicação em projeto de investimento, até ao montante de 119.065,01€, correspondente à contrapartida nacional de investimento municipal co-financiado

pela Operação-NORTE-04-2316-FEDER-000439-Reabilitação do Bairro da Avenida Diocese de Vila Real”.

Relatório final de análise da proposta/autorização para contratação.

Feita a chamada, verificou-se que não estavam presentes os Deputados Luís Carlos da Silva Costa Marques, Mário Jorge Quifones Janeiro e Nuno José Vieira Fernandes, tendo sido substituídos pelos Deputados João Manuel Nogueira Rocha, Ricardo Filipe Eusébio Martins e Marlene Monteiro de Almeida, respetivamente-

No conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Mesa informou que deu entrada uma comunicação da CPCJ e que esta se encontrava disponível para consulta e apreciação.

No tratamento de assuntos gerais para o interesse da Autarquia, usou da palavra o deputado do CHEGA, Eduardo Miranda para pedir esclarecimentos ao Sr. Presidente sobre algumas preocupações relativas a obras como a IC 26, os problemas do Douro e as suas alterações climáticas, entre outros assuntos e mais informou que interveio na Assembleia Intermunicipal da CIM Douro relativamente aos temas. Por último fez uma sugestão de fusão de duas IPSS do concelho.

De seguida teve a palavra o deputado do PSD, Raúl Gonçalves que propôs desburocratizar o acesso à documentação da Assembleia Municipal sugerindo que a mesma passasse a ser enviada via e-mail, evitando assim desperdícios de papel e contribuindo para a responsabilidade ambiental.

Usou da palavra a deputada do PS, Carla Borges para parabenizar Artur Soveral Andrade e Agostinho Santa pela sua eleição de deputados à Assembleia da República e questionou o Sr. Presidente sobre a inclusão de novos processos judiciais.

De seguida tomou a palavra a deputada do PS, Marinete Alves, para solicitar informações do projeto PARES em Vilarinho dos Freires e Loureiro e salientou que se encontram abertas as candidaturas ao plano de Recuperação e Resiliência, nomeadamente na componente 3 – Respostas Sociais, 100% financiado cujo prazo de apresentação de candidatura termina a 7 de Março de 2022 questionou o Senhor Presidente da existência de alguma candidatura por parte da autarquia, juntas de Freguesia, em particular a união de freguesias de Moura Morta e Vinhós.

De seguida leu um artigo do Arrais, do ano de 1993, por escrito, onde questionava, à data, sobre a pavimentação de estrada de entre Sedielos e Fontela, e que decorridos quase 30

anos, a referida estrada EM 601, mais especificamente na reta sito no troço entre a Aldeia de Fontelas e o limite de Concelho de Mesão Frio, necessita de intervenção urgente, questionando o Senhor Presidente qual a data prevista para a realização de obras de requalificação do pavimento naquele lugar.

Terminou a sua intervenção parabenizando a Câmara Municipal pela agenda cultural e Artur Soveral Andrade e Agostinho Santa pela eleição à Assembleia da República.

Em resposta à sugestão do deputado Raúl Gonçalves, o Sr. Presidente da Mesa afirmou fazer sentido o envio da documentação digitalmente, deixando à consideração de cada um a forma como pretende receber a mesma, prevalecendo o envio digital e o pedido expresso de quem quiser continuar a receber em papel.

Teve a palavra a deputada do PS, Carla Borges, que afirmou concordar com o deputado Raúl Gonçalves, mas que essa decisão possa ser opção de cada um.

O Sr. Presidente da mesa colocou à votação a regra de a documentação passar a ser enviada via digital, com exceção de quem expressamente indicar que pretende receber em papel. Posta à votação foi a proposta aprovada por unanimidade com 28 votos a favor.

De seguida decidiu a Assembleia Municipal, por unanimidade e com 28 votos a favor, apresentar uma moção conjunta de todos os partidos sobre a situação da guerra na Ucrânia, salientando o apoio e solidariedade para com o País, cujo conteúdo consta do anexo a esta ata e que foi aprovado por unanimidade.

No período de intervenção aberto aos Municípios presentes não se registaram intervenções.

Procedeu-se à discussão da ata da última Assembleia municipal à qual a deputada Carla Borges solicitou uma alteração numa das suas intervenções. Posta à votação foi a mesma aprovada, com 25 votos a favor e 3 abstenções, justificadas por não terem estado presentes.

Entrando no 1º ponto da ordem do dia iniciou-se a apreciação da informação escrita do Ex. Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade e a situação financeira do município.

O Sr. Presidente salientou que se associa à posição da Assembleia Municipal sobre o tema da guerra e o apoio à Ucrânia, fazendo uma retrospectiva histórica de guerras anteriores.

Mais, ainda, Parabenizou Artur Soveral Andrade e Agostinho Santa pela sua eleição à Assembleia da República.

Relativamente à atividade do Município o Sr. Presidente realçou alguns pontos:

- A situação atual da Casa do Douro e da sua reforma institucional, realçando a sua preocupação com o futuro do território e o destino do edifício desta instituição, no que à sua reabilitação diz respeito.
- A navegabilidade do douro e a IC 26, afirmando que acredita que serão uma realidade.
- A homenagem que se realizará no Dia da Mulher, desta dedicada às mulheres na política.
- O estado financeiro problemático das IPSS do concelho, onde aproveitou para responder à deputada Marinete Alves que existem já quatro candidaturas preparadas ao PRR, fazendo uma apresentação das valências das IPSS atuais e futuras que estas pretendem ter.
- Em resposta ao deputado Eduardo Miranda, esclarece o apoio prestado à A2000 e à ARDAD, nomeadamente em apoio financeiro. Quanto à fusão das duas instituições assume que não é fácil e que considera que tem que ser uma decisão das próprias instituições.
- Um projeto, a ser realizado em parceria com a ACIR, para criar o conceito de “Bairro Digital”, com o princípio de apostar na modernização dos espaços, nomeadamente fachadas das lojas, introduzir vendas online, existirem pontos WiFi. Para tal, está pensado a implementação de autocarros elétricos para essas zonas, reduzindo o tráfego.
- A existência de um projeto para requalificar o Cais Fluvial.
- Os projetos da Quinta da Vacaria e da Milnorte que estão a avançar.
- Vários eventos que se manterão e irão realizar-se entre maio e agosto, salientando que estão a ser preparadas as festas da cidade e que estas voltarão a ser uma realidade.
- A Avenida dos Vinhos do Douro, informando que o projeto e estudos necessários estão a ser realizados, para ligação da zona do Rodo à zona alta da cidade.
- O prolongamento da ecovia, do qual está a ser feito o levantamento.
- A Estratégia Local de Habitação, informando que a Câmara Municipal está a prestar apoio a privados, tendo sido já submetidas sete candidaturas e que o concurso para reabilitação do Hotel Vilhena foi lançado duas vezes e em ambos ficou deserto.
- Várias obras que estão a andar, nomeadamente o Hospital e as Termas das Caldas do Moledo.
- Em resposta ao deputado Eduardo Miranda salienta que não lhe parece exequível uma construção de uma nova ponte nem se ambiciona unir os concelhos de Peso da Régua,

Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio, mas sim um Eixo Urbano de Vila Real, Peso da Régua e Lamego.

- Responde à deputada Carla Borges informando que são duas novas ações relacionadas com a inspeção geral de ordenamento do território.

- Por último, responde à deputada Marinete Alves, quanto às pavimentações fazendo uma retrospectiva sobre os investimentos em estradas e a falta de financiamento para a pavimentação das estradas municipais.

Usou da palavra a deputada do PS, Carla Borges, para pedir esclarecimentos quanto ao Hospital, se é um pedido de reequilíbrio financeiro do empreiteiro ou atualização de preços dos materiais.

Tomou a palavra o deputado do PSD, Raúl Gonçalves, para agradecer as palavras do Sr. Presidente e reafirmou ter todo o apoio do grupo municipal do PSD.

Usou da palavra o Sr. Presidente para esclarecer a deputada Carla Borges que se trata de um pedido, do empreiteiro, de reequilíbrio financeiro da obra.

Deu-se entrada no ponto 2 da ordem do dia, tendo a palavra o Sr. Presidente da Câmara que informou que a alteração se trata de uma inclusão do saldo de gerência, correção de um item e inclusão das despesas de funcionamento da Assembleia Municipal.

Usou da palavra o deputado do PS, Luís Monteiro, para solicitar esclarecimentos e apresentou propostas para juntar os dois itens em questão.

Em resposta ao deputado Luís Monteiro, o Sr. Presidente afirma que este tem razão, mas que tem que ver com o timing das duas retificações, é uma questão de natureza técnica.

Usou novamente da palavra o deputado Luís Monteiro afirmando que houve tempo de corrigir a questão e ser votado na Assembleia Municipal, desde que se realizou a reunião de Câmara.

O Sr. Presidente reforça que é apenas uma questão de imagem, pois formalmente o objetivo é o mesmo.

O PSD e o CHEGA prescindiram da palavra.

Posta à votação, foi a proposta aprovada com 17 votos a favor, 11 abstenções e 0 votos contra.

Entrando no 3º ponto da ordem do dia tomou a palavra o Sr. Presidente para esclarecer que a proposta decorre de uma determinação do Governo e Associação Nacional de Municípios e que concorda com a descentralização de competências, mas que há

constrangimentos nas instalações da equipa e no número de elementos que podem ficar na equipa, uma vez que deixou de dar apoio a Mesão Frio. Ainda no uso da palavra, acrescentou uma nota relativa à limpeza do Bairro das Alagoas, informando que houve uma queixa de perseguição e todas as entidades envolvidas foram notificadas.

Usou da palavra o deputado do CHEGA, Eduardo Miranda, para solicitar ao Sr. Presidente acesso ao documento em questão.

O PS e o PSD prescindiram da palavra.

Posta à votação, foi a proposta aprovada, por unanimidade, com 28 votos a favor.

O Sr. Presidente da Mesa propôs serem discutidos em conjunto os próximos 3 pontos da ordem do dia, sendo a votação efetuada em separado.

Dando entrada nos pontos 4, 5 e 6 da ordem do dia, teve a palavra o Sr. Presidente para realçar que os empréstimos em questão já tinham sido aprovados em Assembleia, mas inicialmente foi no âmbito da candidatura à eficiência energética e entre o que se apresentou na candidatura e a execução do projeto teve que haver ajustamentos para que estes fossem elegíveis. Esclareceu, ainda, que deixou-se cair uma candidatura sendo este valor transferido para o PARU, para que fosse elegível em reabilitação urbana. Caindo a candidatura também caiu o empréstimo, que antes era dos três bairros juntos e agora são empréstimos separados.

Usou da palavra a deputada do PS, Carla Borges, para parabenizar a Câmara Municipal pelas obras, que efetivamente são necessárias, mas afirmou estar preocupada com a recorrência a créditos e o prazo alargado de pagamento, no caso 15 anos. Questionou, ainda, se não é possível a Câmara alocar alguma rubrica interna para fazer face a esta despesa, evitando assim o recurso a empréstimo do valor total.

Tomou, de seguida, a palavra o deputado do PSD, Raúl Gonçalves, para parabenizar a gestão efetuada de mais uma vez se conseguir financiamento e reafirma que não há melhor qualidade de vida, construção e reabilitação sem endividamento.

Usou da palavra o Sr. Presidente para realçar que faz parte de uma boa gestão usar a dívida a médio/longo prazo e lembrar que grande parte da dívida é conhecida a sua origem da gestão e apoio que a Câmara ainda dá aos munícipes na água, saneamento e lixo. Ainda no uso da palavra, reafirma que vai sempre aproveitar os apoios financeiros que existam e fez uma retrospectiva no que à receita e despesa diz respeito na água e

saneamento, bem como de oportunidades de financiamento que entende que não podíamos perder.

Usou novamente a palavra a deputada do PS, Carla Borges, para elencar algumas obras feitas pela Câmara Municipal em gestão do Partido Socialista e que esta se endividou por isso mesmo, sendo natural haver dívidas quando se investe, tal como o atual executivo tem. Reafirmou, ainda, a preocupação do grupo municipal do PS na quantidade de empréstimos efetuados. Por último, salientou algumas rubricas de receitas do plano plurianual e questionou se é possível ir buscar dinheiro aí e não a empréstimos.

De seguida tomou a palavra o deputado do PSD, Raúl Gonçalves, lembrando que em 2005 havia já a dívida conhecida e a qualidade de vida dos munícipes era bem pior, dando o exemplo da ausência de redes de água e saneamento.

Por imposição legal, foi votado o prolongamento por um período máximo de mais duas horas, o qual foi aprovado, por unanimidade, com 28 votos a favor.

Retomou a palavra o Sr. Presidente salientando que respeita opiniões divergentes, mas que irá sempre aproveitar financiamentos que consiga obter para o concelho, mesmo que isso implique uma contrapartida, pois a dívida atual ainda se encontra bem dentro dos limites de endividamento.

Quanto ao ponto 4, posta à votação, foi a proposta aprovada, por unanimidade, com 28 votos a favor.

Relativamente ao ponto 5, posta à votação, foi a proposta aprovada, por unanimidade, com 28 votos a favor.

Quanto ao ponto 6, posta à votação, foi a proposta aprovada por unanimidade, com 28 votos a favor.

Nada mais havendo a tratar, a Assembleia deliberou por unanimidade, estando presentes, vinte e oito dos Senhores Deputados, aprovar a presente ata, em minuta, para surtir efeitos imediatos, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57º, do anexo I, da Lei n.º. 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelos membros da Mesa.